de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Administrador (Artigo 64.º, n.º 1 do C.I.R.E.)

13 de Novembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Sérgio da Cruz Romualdo*. — O Oficial de Justiça, *Maria de Fátima Gaspar*.
2611069360

6.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE COMARCA E DE FAMÍLIA E MENORES DE MATOSINHOS

Anúncio n.º 8251/2007

Insolvência de pessoa singular (Requerida) Processo n.º 2277/06.9TBMTS

Credor: Granipac Espana, S.L.
Insolvente: Nuno Miguel Fernandes Silva Valega

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados.

No Tribunal Judicial de Matosinhos, 6.º Juízo Cível de Matosinhos, no dia 14-11-2007, às 16:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Nuno Miguel Fernandes Silva Valega, filho de Mário Tavares da Silva Valega e de Margarida Fernandes da Cunha, natural da freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, nascido a 13-07-1971, portador do B.I.9543155, NIF 199709599, com domicílio na Rua da Barranha, 446 Frente R/c Esq, 4460-253 Senhora da Hora, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado Dr. Jorge Ruben Fernandes Rego, com domicílio profissional na Rua Álvaro Castelões, n.º 821, Sala 3.2, 4450-043 Matosinhos.

Conforme Sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a Sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º, do C.I.R.E.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Em ambas as situações é, obrigatória a constituição de mandatário.

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do C.I.R.E.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio no *Diário da República*.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

15 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Pinto Nunes*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Almeida*.

2611068887

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Anúncio n.º 8252/2007

Processo n.º 1110/05.3TBOBR Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Auto-Sueco (Coimbra, Lda).
Insolvente: Transbustos Transportes, Lda

No Tribunal Judicial de Oliveira do Bairro, Secção Única de Oliveira do Bairro, no dia 04-12-2006, pelas 11 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência de “Transbustos — Transportes Lda”, NIF — 504424416, Endereço: Rua Luis de Camões n.º 20, Bustos, 3770-017 Oliveira do Bairro com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. António José Cardoso Simões, Endereço: Rua Carlos Seixas, n.º 9 — 2.º D, 3030-177 Coimbra. É administrador da devedor: o sócio gerente Rui Manuel Nunes Ferreira, com residência em Sobreiro, Bustos, 3770 Oliveira do Bairro, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE, nos termos do artigo 39.º, n.º 3 do CIRE. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE. Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

6 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Paula Moura Leitão*. — O Oficial de Justiça, *Fátima Miranda*.

2611069296

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLIVEIRA DE FRADES

Anúncio n.º 8253/2007

Processo n.º 339/07.4TBOFR — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Litoral Coelho — Abate e Comércio de Coelho, Lda.
Insolvente: Talho de Antelas, Lda

No Tribunal Judicial de Oliveira de Frades, no dia 21-11-2007, pelas 16 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Talho de Antelas, Lda, NIF — 504241753, com sede em Sobreiro, Pinheiro, Oliveira de Frades.

São administradores do devedor:

Abel Ferreira Lopes, Paulo Jorge Ferreira Lopes, José Manuel Ferreira Lopes, todos residentes no Talho de Antelas, Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado:

José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves, com domicílio na Av. Dr. Lourenço Peixinho, 15, 3.º G, 3800-164 Aveiro.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo administrador da insolvência, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (36.º i do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do crédito, data de vencimento, montante de capital e de juros;